

DIÁLOGOS E DEBATES EM: AMAZÔNIA EM TRÊS TEMPOS

Vívia Nascimento Fonseca¹

NUNES, F. A.; ROMANI, Carlo; MARTINS DE SOUZA, C. A. **Amazônia em três tempos: colonização e experimentos agrícolas, do Segundo Reinado à Transamazônica**. 1. ed. Vila Velha-ES: Above, 2015. v. 1. 142p.

A presente resenha tem por objetivo suscitar diálogos sobre as questões levantadas na obra de Francivaldo Alves Nunes, Carlo Romani e César Martins de Souza intitulada “Amazônia em três tempos: colonização e experimentos agrícolas, do segundo reinado à Transamazônica” (2015), para demonstrar a importante contribuição do livro nos debates relacionados a colonização do território amazônicos desde o Segundo Reinado até o século XX, sobretudo no tocante ao papel dos grandes projetos de integração nestes processos de ocupação.

As políticas de colonização idealizadas para a região amazônica foram, por muitas vezes, elaboradas negligenciando a heterogeneidade dos sujeitos amazônicos e dos migrantes atraídos para o Norte do País sob a lógica de discursos ufanistas e messiânicos, que prometiam uma melhor qualidade de vida para aqueles que aceitavam aventurar-se no “Eldorado amazônico”. A obra está dividida em três capítulos, são abordadas diferentes temporalidades e regimes governamentais através de uma rica gama de materiais – em partes coletados no projeto de pesquisa “Ocupação da terra, paisagem e produção rural nos aldeamentos e colônias agrícolas do Pará (décadas de 1840-1880)” –, que visaram discutir os impactos ocasionados pelos conflitos de cunho político-social, no cotidiano de populações locais, e migrantes na região amazônica ao longo da história.

Inicialmente, é importante evidenciar que a obra utiliza diferentes fontes e métodos para aprofundar os debates e diálogos do estudo. São utilizadas, para além das fontes bibliográficas mais comuns, como, por exemplo, livros, artigos científicos, teses e dissertações, dentre outras, relatórios, jornais, cartas, mapas, dentre outros materiais que possibilitam ter uma visão para além dos discursos das autoridades. Infere-se, portanto, o trabalho assertivo dos autores no levantamento e seleção das fontes para a composição de sua obra, que demonstra a fragilidade dos projetos de colonização oficial – ao apropriar-se de documentos que em outros tempos seriam secundarizados.

No primeiro capítulo, intitulado “Colônias agrícolas na Amazônia oitocentista: A “lida” com a terra entre ações e interpretações”, são elaboradas discussões pertinentes ao Segundo Reinado, na segunda metade do século XIX, na Zona Bragantina, localizada no Nordeste do Pará. O capítulo se inicia com a citação de um discurso de Antonio de Miranda, até então presidente do Grão-Pará, o qual promove a ideia de ocupar a região amazônica, pois sem população não há riquezas. Sobre isto, os autores discorrem que ao decidir adotar esta lógica, de não discordância quanto a necessidade do aumento da concentração populacional na região amazônica sobretudo voltada ao trabalho agrícola, os agentes públicos acabaram caracterizando-se, neste primeiro tempo da colonização amazônica, como defensores da implantação de colônias agrícolas. São tecidos, então, apontamentos sobre as experiências de implantação de colônias agrícolas, após a independência, as quais tiveram início com o barão de Mauá, que por meio de empreendimentos relacionados a troca de privilégios de navegação, conseguiu introduzir 1061 colonos portugueses, e cerca de 30 chineses no Amazonas, em 1854 (NUNES, ROMANI, MARTINS DE SOUZA, 2015, p. 12).

¹ Mestranda em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA)/Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: nvivia307@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4323470326389299>.

Ao discorrer sobre a concessão de terras para a colonização, os autores fazem um percurso cronológico pelas leis que conferiam estas terras, com destaque para a Lei provincial nº 226 de 15 de dezembro de 1853, a Lei provincial de nº 676, de 22 de setembro de 1971 e a Lei geral nº 514 de 28 de outubro de 1814; a primeira destinava recurso financeiro as empresas que buscassem introduzir colonos em seus estabelecimentos agrícolas, e as outras duas tinham objetivo de regularizar a concessão de terras, sendo a Lei geral nº 514 a utilizada pelo Dr. Abel Graça para solicitar as terras da estrada de Bragança, no Nordeste Paraense. Ainda no primeiro capítulo, os autores demonstram as diferenças nas condições dos colonos vindos de outros países, como Portugal e China, e dos migrantes vindos do Nordeste do Brasil, sobretudo do Ceará.

No tocante aos estrangeiros, a negligência administrativa quanto à capacidade e conhecimentos agrícolas dos imigrantes logo apresentou-se após sua chegada no território amazônico, uma vez que a concessão de terras, e os conhecimentos prévios sobre o plantio tornaram-se inúteis frente as particularidades da floresta amazônica, demandando, assim, a reconfiguração das técnicas de plantio desenvolvidas nos locais de origem destes imigrantes. Nunes, Romani, Martins de Souza (2015, p. 17) escrevem que “[...] a expectativa do governo era que os colonos, conhecendo as técnicas de cultivo local, as condições das terras e as sementes cultiváveis na região, pudessem, a partir da experiência com a atividade agrícola nos seus locais de origem, adequar as técnicas de plantio”. Sobre a migração cearense, urge salientar que, em detrimento de seu movimento, os governos provinciais deram início à implantação de núcleos agrícolas para conseguir atender a demanda de migrantes nordestinos.

As promessas de auxílios quanto a concessão de lotes rurais e urbanos, além do recebimento de grãos para iniciar as atividades agrícolas – que também se aplicavam aos colonos estrangeiros – demonstrou-se como desarticulada e despreparada para lidar com as especificidades de cada colono, sobretudo considerando que o tamanho dos loteamentos de terras, por muitas vezes – conforme relatado pelos autores – era diferente. Os autores concluem que, para além dos discursos oficiais que promoviam o sucesso das ocupações e atividades agrícolas na Amazônia, a realidade do cotidiano dos colonos que tinham o trabalho agrícola como sua principal atividade, foi marcada por diversas problemáticas que expressavam a fragilidade do projeto de colonização oficial, além de demonstrar a complexa rede de ações desses colonos.

No segundo capítulo, intitulado “Clevelândia do Norte: a colônia agrícola que se tornou campo de prisioneiros políticos na fronteira do Oiapoque”, a temporalidade abordada pelos autores data a Primeira República, sendo discutido o processo histórico de instauração da colônia Clevelândia do Norte, às margens do rio Oiapoque na década de 1920. Ao dialogar sobre as experiências agrícolas amazônicas na historiografia e a ocupação de Oiapoque, são descritas informações pertinentes ao processo de colonização da região para combater uma suposta ameaça francesa à soberania e ao território do Brasil. Infere-se, ainda, a particularidade da colônia em desdobrar-se ao longo dos anos para atender a um povoamento que englobava duas categorias de sujeitos, que protagonizaram relações de trocas interessantes na região, sendo eles: “[...] os colonos migrantes da fronteira agrícola e os prisioneiros políticos do sudeste, enviados ao confinamento no extremo norte do território” (NUNES, ROMANI, MARTINS DE SOUZA, 2015, p. 47-48).

Isto posto, os autores utilizam de relatos e registros dos migrantes englobados pelo empreendimento para discorrer que estes sujeitos eram, por muitas vezes, invisibilizados, além de suas pautas e necessidades estarem à mercê de uma má administração que refletia na falta de apoio e incentivo à produção e escoamento dos produtos, sendo possível afirmar serem estes alguns dos pontos que levaram ao fracasso da colônia agrícola.

O objetivo da criação e instauração da Clevelândia, cujo nome foi em homenagem ao presidente norte-americano Groover Cleveland, assim como o que levou diversos migrantes,

sobretudo do Nordeste do País a aventurar-se neste território, vai ao encontro do que foi percorrido anteriormente, ou seja, ao combate a ameaça do solo pátria que corroborou com o chamado aos colonos pioneiros, que atraídos pelas promessas de terras férteis para trabalho – como promovia Luís Nobre, um dos colonos que ficava nas linhas de entrada da Clevelândia – viam melhores oportunidades na região, mesmo que muitos destes sujeitos tivessem pouca vivências agrícolas, exceto por aquelas voltadas para subsistência (NUNES, ROMANI, MARTINS DE SOUZA, 2015, p. 77).

Um fator curioso relacionado à Clevelândia, e que os autores discorrem ser um dos aspectos que a tornam uma experiência particular dentre os experimentos de colônias agrícolas, é a sua transformação em colônia penal. Sobre isto, os autores apontam que em “[...] dezembro de 1924, mais precisamente na véspera de Natal, como presente aos colonos instaurados em Clevelândia, começaram a chegar os prisioneiros para o confinamento na selva equatorial” (NUNES, ROMANI, MARTINS DE SOUZA, 2015, p. 79). A junção de um já grande contingente populacional, com os novos chegados não poderia culminar em outra coisa, além de desastres, por isso os autores explicam que este evento – a chegada dos prisioneiros – para além de demonstrar um claro desprezo governamental pela vida humana, uma vez ignorou, mais uma vez, os sujeitos já instalados ali, resultou em um inchaço populacional, aumento nos relatos de doenças e, conseqüentemente, nos níveis de mortalidade – sendo importante explicar que a culpa sobre estas questões não deve ser diretamente atribuída a chegada dos prisioneiros, mas sim ao histórico de má administração dos gestores responsáveis por Clevelândia, que depois de tantos empecilhos encontrou seu fim do ano de 1935, sob o decreto 559, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, que cedia o território para o Ministério de Guerra, tornando-a a antiga colônia em uma sede do exército.

No terceiro e último capítulo, intitulado “A estrada para o progresso: colonização e construção da Transamazônica” são feitos apontamentos sobre a década de 1970, durante a ditadura militar brasileira. A Transamazônica, ou BR-230, foi uma dentre os grandes projetos planejados com o intuito de alavancar o capital econômico do Brasil, e sobre ela estavam as expectativas de que “[...] atenderia a um antigo anseio de intelectuais e políticos de ocupar a Amazônia, assim como, simultaneamente, resolveria problemas fundiários no Nordeste e no Sul do país” (NUNES, ROMANI, MARTINS DE SOUZA, 2015, p. 93). Iniciativas, como a transamazônica, utilizaram-se de diversas problemáticas sociais que estavam acontecendo no país para promover os grandes projetos como uma espécie de “milagre” para a economia e, por consequência, para a vida daqueles interessados em aceitar o desafio do “inferno verde”. Assim, um grande e constante deslocamento de pessoas para as margens da rodovia foi iniciado na década de 1970 com respaldo do presidente Médici através da publicação do Decreto-Lei que deu origem ao Plano de Integração Nacional (PIN).

Os autores fazem uma rica discussão sobre a utilização das obras literárias para compreender melhor as dinâmicas de organização da transamazônica, utilizando autores como Odette de Barros Mott, que transmite por meio de seus personagens as situações vividas pelas famílias nordestinas, sobretudo no que diz respeito ao encanto e o desencanto com a chegada na Amazônia. A esse respeito, os autores utilizam Nabiça & Pereira para dar suporte a sua afirmação de que uma grande decepção dos migrantes era quando percebiam que o enriquecimento rápido e o apoio para a sua permanência, que foram prometidos pelas autoridades governamentais, era uma ilusão, e mesmo que algumas famílias tenham conseguido se organizar para continuar vivendo ali – assim como os personagens de Mott – muitos ainda regressaram por suas terras pela não adaptação a nova realidade. Ademais, a crescente propaganda governamental para atrair grandes empresários para região, contribuiu, ainda mais, no aumento dos conflitos relacionados a crescente valorização do latifúndio e a expropriação de agricultores, problemáticas já latentes na região “[...] em um cenário que já contava com conflitos entre migrantes, agricultores familiares, e as populações tradicionais, sobretudo

indígenas, e de não indígenas, habitantes das florestas e margens de rios” (NUNES, ROMANI, MARTINS DE SOUZA, 2015, p. 112).

Assim, observa-se que as constantes mudanças nas políticas de colonização e agropecuária, conforme descrito pelos autores, auxiliou ainda mais na consolidação da Transamazônica, especialmente no governo de Geisel, sendo uma espécie de anúncio para os muitos conflitos que ainda surgiriam nos anos posteriores. Destarte, é possível entender que a Transamazônica, e por consequência os assentamentos próximos a sua instauração foram mais um dos grandes projetos desenvolvidos com o intuito de alavancar o capital brasileiro, que desconsideravam as especificidades dos sujeitos amazônicos e adotavam uma política de “desenvolvimento” de fora para dentro.

Conclui-se que o livro “Amazônia em três tempos: colonização e experimentos agrícolas, do segundo reinado à transamazônica”, é uma importante obra para entender as dinâmicas de colonização na Amazônia desde o Segundo Reinado até o século XX, sobretudo no tocante as motivações do Estado brasileiro em implementar programas de colonização – sob um discurso de defesa do território nacional – que invisibilizavam populações tradicionais, migrantes e imigrantes, atendendo aos interesses políticos estatais, que utilizavam os grandes projetos, como as experiências de colônias agrícolas e a própria Transamazônica, como forma de reafirmar sua dominação sobre a Amazônia.

Data de submissão: 22.07.2024

Data de aprovação: 27.08.2024